

Para onde nos transportam as fotografias de sustentabilidade ambiental?

Where do sustainability photographs take us?

¿A dónde nos transportan las fotografías de sostenibilidad ambiental?

Cláudia Melatti¹ , Ivaine Maria Tonini¹ 

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

Este estudo tem como foco de investigação as fotografias apresentadas nos livros didáticos de Geografia/Ciências Humanas relacionadas com a temática ambiental que podem intencionar a manutenção da colonialidade. Com isso, optamos por analisar duas imagens fotográficas exibidas nos livros didáticos do Novo Ensino Médio com o intuito de alargar nosso pensamento e nos transportar para a abertura de outras possibilidades. A pesquisa está ancorada no campo dos Estudos Culturais, apoiada em Didi-Huberman, José Mauricio Nilian Carcamo e Valter do Carmo Cruz, autores que nos auxiliaram nesse exercício de fraturar as imagens. Foi nas fotografias de sustentabilidade que os possíveis sinais de colonialidade estavam latentes, sendo que as experimentações realizadas neste estudo tiveram a finalidade de descolonizá-las. Percebemos que enquanto nos países centrais o ambiente é retratado como espaço de ócio e lazer, para os países periféricos o espaço está associado a fonte de recurso e trabalho humano. A escola é o ambiente que possibilita, por meio dos seus recursos pedagógicos, entre eles, o livro didático, fragmentar o pensamento colonial, a fim de que novos caminhos sejam construídos.

Palavras-chave: Geografia; Colonialidade; Sustentabilidade

ABSTRACT

This study focuses on the investigation of photographs presented in Geography/Human Sciences textbooks related to environmental issues that may intend to maintain coloniality. We chose to analyze two photographic images displayed in New High School textbooks in order to broaden our thinking and transport us to the opening of other possibilities. The research is anchored in the field of Cultural Studies, supported by Didi-Huberman, José Mauricio Nilian Carcamo, and Valter do Carmo Cruz, authors who helped us in this exercise of fracturing images. It was in the photographs of sustainability that possible signs of coloniality were latent, and the experiments carried out in this study aimed to decolonize them.

2 Para onde nos transportam as fotografias de sustentabilidade ambiental?

We noticed that while in central countries the environment is portrayed as a space for idleness and leisure, for those located on the margins it is associated with a source of resources and human work. The school is potent when it makes possible that its pedagogical resources allow, through the textbook, to fragment colonial thought so that new ways are built.

Keywords: Geography; Coloniality; Sustainability

RESUMEN

Este estudio se centra en la investigación de fotografías presentes en los libros de texto de Geografía/Ciencias Humanas relacionadas con el medio ambiente que pueden mantener la colonialidad. Se han seleccionado dos imágenes fotográficas de los libros del Nuevo Bachillerato con el objetivo de ampliar nuestro pensamiento y explorar otras posibilidades. La investigación se basa en el campo de los Estudios Culturales y está respaldada por los autores Didi-Huberman, José Mauricio Nilian Carcamo y Valter do Carmo Cruz, quienes nos ayudaron en este ejercicio de romper con las imágenes. En las fotografías de sostenibilidad, se identificaron posibles signos de colonialidad latente, y las experimentaciones realizadas en este estudio tuvieron como objetivo descolonizarlas. Se observó que, mientras en los países centrales el medio ambiente se retrata como un espacio de ocio y recreación, para aquellos en las márgenes se asocia con una fuente de recursos y trabajo humano. La escuela tiene el potencial de utilizar sus recursos pedagógicos, a través del libro de texto, para desmontar el pensamiento colonial y abrir nuevos caminos.

Palabras clave: Geografía; Colonialidad; Sostenibilidad

1 NOTAS INICIAIS

As memórias de um tempo recente de confinamento causado pela propagação de um vírus, o SARS-CoV-2, nos transportaram para a beleza de pequenos movimentos, não humanos, de outros seres que também integram este planeta vivo chamado Terra. A pausa para observar os pássaros no parapeito da janela, o barulho das folhas das árvores, antes silenciadas pelo intenso tráfego e o respirar mais puro despertaram em nós uma atmosfera de pertencimento e de retorno ao lar.

Os jornais diários divulgavam, em meio ao caos gerado pela pandemia da Covid-19, matérias que captaram a nossa atenção: “Com poluição reduzida durante a quarentena, Himalaia volta a ser visível na Índia” (Picheta, 2020, s.p.). Após quase trinta anos de apagamento, as montanhas mais altas do mundo voltaram a fazer parte do cenário dos moradores da cidade de Jalandhar, ao norte do país. Esses jornais também noticiaram que nos canais de Veneza, com a redução drástica do número

de embarcações, a água geralmente turva tornou-se mais límpida, sendo possível ver peixes e até o fundo dos canais. Isso mostra o quanto o impacto da pandemia no ambiente fez a natureza retornar à vida.

Essas lembranças que nos atravessam hoje permitem refletir sobre o quanto nós, humanos, absorvidos na engrenagem mantida pela perpétua e persistente produção do capital, consentimos com a contínua degeneração do planeta. Ademais, presenciamos as ações destrutivas pelas quais empresas e governos colocam abaixo florestas, extinguem animais e desrespeitam os habitantes vivos nesses espaços. Basta uma breve pausa nas atividades produtivas para perceber a dimensão de nossos atos. Ao acelerarmos a nossa vida por meio de atividades cotidianas, negligenciamos a própria condição de sermos um entre tantos outros seres que habitam este lugar chamado Terra.

Nosso afastamento daquilo que nos integra é conivente para com o capital, porque fomenta o não pertencimento e a falsa ideia de que a nossa sobrevivência está vinculada à aquisição de mercadorias, e para manter a nossa relação com as coisas é conveniente construir a narrativa do desenvolvimento econômico afinado com o capitalismo, que dispõe de um conjunto de elementos de justificação e hierarquização de uma classificação social. Para isso, o pensamento do Colonialismo deriva desse modelo e foi oportuno ao categorizar os países entre avançados e atrasados, incutindo nos considerados mais pobres, o desejo de atingir o topo do desenvolvimento. Ademais, o fim desse modelo não libertou os países considerados menos desenvolvidos das amarras da exploração, ao contrário, reforçou sua sujeição por meio da colonialidade¹, cuja racionalidade segue a mesma lógica de relação colonial, em que difunde uma separação entre os saberes, os diferentes modos de vida e os diferentes grupos humanos.

O pensamento Colonial ainda está muito presente na sociedade e se propaga em várias esferas, seja na política, religião, cultura, arte e também no sistema educacional.

¹ Colonialidade é uma “estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais” (AVILA, 2023, s.p.). Segundo Cruz (2017), esse padrão de poder se manifesta por diferentes maneiras, seja por meio das instituições políticas, acadêmicas, nas relações de dominação e opressão, nas práticas sociais, na memória, na linguagem, no imaginário social, nas subjetividades e na maneira de produzir conhecimento.

Por conseguinte, percebemos a manutenção da colonialidade no currículo escolar, em que conteúdos reforçam a superioridade europeia e sustentam a dicotomia entre os que são mais desenvolvidos, e os que ainda não atingiram tal condição.

A manutenção da colonialidade no contexto escolar encontra-se refletida também no livro didático. Essa ferramenta, importante apoio ao professor e um dos poucos livros a que o estudante das escolas públicas tem acesso, é um fértil ambiente para manter a produção do pensamento Colonial. Por isso, escolhemo-la como objeto de nossa análise, propondo-nos a fazer um pequeno exercício de pensamento, por meio das imagens fotográficas, com a intenção de constatar algum fragmento de manutenção da colonialidade.

Priorizamos imagens fotográficas relacionadas com a questão ambiental, mais especificamente com a sustentabilidade, porque nelas enxergamos um fio condutor que condiciona o dito atraso dos países que se situam nas bordas do sistema capitalista. O exercício é o de fazer a fotografia fugir do senso comum, da comprovação de uma dada realidade (Oliveira Jr., 2013, p. 305), isto é, traçar uma linha de fuga por meio do exercício com a fotografia, mesmo que isso nos cause certo estranhamento e incômodo. Assim, a ideia é alargar o pensamento por meio do uso da imaginação e da reflexão, a fim de transportar para a abertura de outras janelas e visualizar camadas até então não percebidas que possam descolonizar o pensamento por meio dessas fotografias e imagens.

2 A COLONIALIDADE LEGITIMA A EXPLORAÇÃO DOS TERRITÓRIOS?

A busca pelo lucro desenfreado faz com que ambientes sejam degradados com uma velocidade inimaginável. Florestas, campos, rochas, solo e água estão sendo transformados em recursos cada vez mais disputados pelo capital global. As populações que vivem nos territórios de disputa se tornam gradativamente mais vulneráveis, sejam elas habitantes urbanos ou rurais. Assim, os elementos que nos mantêm vivos estão sendo substituídos por estacionamentos, campos de cultivo, edifícios, shopping centers e avenidas, além do contato diário com todos tipos de ruídos. É engano pensar

que os ambientes destruídos não nos afetam, porque fazemos parte deles. Somos um só, homem-natureza (Carcamo, 2020).

Para Krenak (2020), a natureza é a própria interação do nosso corpo com o entorno e “Para além da ideia de ‘eu sou a natureza’, a consciência de estar vivo deveria nos atravessar de modo que fôssemos capazes de sentir que o rio, a floresta, o vento, as nuvens são nosso espelho da vida” (Krenak, 2020, p.100). Ausentes de entendimento de que somos um só “homem-natureza”, facilitamos a exploração desses ambientes por meio da inserção do capital, que emprega a justificativa do desenvolvimento econômico como suporte para a manutenção da nossa espécie.

Em defesa do progresso, os países periféricos absorvidos pela ciranda da globalização hegemônica interferem, aniquilam continuamente seus ambientes naturais por meio da extração mineral e da agropecuária. No Brasil, florestas inteiras estão sendo substituídas por pastagens e o cultivo de soja. Esses países adentram por territórios habitados pelos povos originários, expulsando-os de suas terras em nome do chamado desenvolvimento e desrespeitando sua ancestralidade.

Assim, os países na periferia do sistema capitalista, entre eles o Brasil, empenham-se para atingir o esperado desenvolvimento, termo que Lang (2016) considera como uma promessa enganosa dos países centrais, já que estes, ao estarem no centro do poder, aproveitam-se de tais territórios como via de acumulação do capital. Desse modo, os países que estão no centro da economia capitalista, ao ingressarem nesses espaços, transformam populações em consumidores, camponeses em assalariados, bens naturais em *commodities* e propriedades coletivas em privadas. Os países que estão fora do sistema de produção e dos mercados capitalistas são classificados como pobres e insuficientes (Lang, 2016, p. 31) e colocados em uma condição inferior, a fim de perpetuar sua exploração.

Para alargar a compreensão da dominação desses territórios, é oportuno trazer para a reflexão o eurocentrismo. Carcamo (2020) nos transporta para a concepção de progresso europeu, ancorado no desenvolvimento industrial, e o lança como categoria universal, para distinguir a dicotomia de civilização/atraso, o que faz entender que

a alta cultura é um produto do alto desenvolvimento, situando a Europa enquanto o centro da civilização e distinguindo-a das outras culturas, de modo que os povos que não atingiram o progresso por meio do avanço industrial são considerados atrasados e periféricos (Carcamo, 2020). O eurocentrismo está fortemente relacionado à Modernidade ao corporificar a Europa como centro do mundo, ao inventar uma superioridade econômica a partir de certos valores provenientes de uma cultura específica, transformando-os em valores universais para confrontar a todos (Tonini, 2002, p. 22).

Julgar as outras culturas como atrasadas, pobres ou inferiores, não passa apenas pela esfera do progresso científico e tecnológico, mas também pela “crença de que existe uma ‘natural’ superioridade étnico-racial e epistêmica do europeu sobre outros povos” (Quijano, 2005 *apud* Cruz, 2017, p. 16). Complementa o autor que:

[...] o fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os únicos modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que, ao mesmo tempo, atribuíam ao restante da espécie o pertencimento de uma categoria, por natureza, inferior, e por isso anterior, isto é, ao passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos da modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas (Quijano, 2005 *apud* Cruz, 2017, p. 19).

Por se considerarem os únicos portadores da Modernidade, os europeus tratam os outros lugares e as outras populações, como se estivessem em um estágio anterior ao deles, colocando-os em uma fila histórica, dos mais atrasados aos mais avançados, dos subdesenvolvidos aos desenvolvidos (Cruz, 2017). Ainda sobre isso, Tonini (2002) acrescenta que a:

cultura ocidental construiu um senso de superioridade ontológica de etnia europeia em relação às outras, cuja legitimação pode ser exemplificada pelo processo de colonização da América, da Ásia e da África, iniciado do século XVI (Tonini, 2002, p. 101).

Para Massey (2008), a Modernidade reprime a possibilidade de outras trajetórias

diferentes do modelo ocidental europeu, ou seja, as “multiplicidades do espacial foram apresentadas como meros estágios na fila do tempo” (Massey, 2008, p 111). Dessa maneira, percebe-se que a Modernidade e a Colonialidade são indissociáveis, ademais, a colonização não significa o fim da Colonialidade (Cruz, 2017).

No Brasil é comum se deparar com situações que remetem à herança deixada pela colonização, tendo a escola um papel importante na manutenção desse legado. Por isso, é a escola, o lugar em que seguramente “estamos submetidos a um processo de colonização dos nossos sentidos de vida” (Cruz, 2017, p.32). A manutenção da Colonialidade, no país está intimamente vinculada aos conteúdos presentes no currículo escolar, e estes se encontram inscritos no livro didático.

Os documentos de ensino, seja o livro didático ou a grade curricular, apresentam temas intrínsecos de Colonialidade, cujo reflexo é a retórica de manter os estudantes e a sociedade em sujeição ao dito mundo civilizado. Nesse sentido, destaca Giroto (2016) que a escola tem forte relevância para a efetivação de um projeto de desenvolvimento econômico e social do país. O tipo de sociedade que se deseja perpassa a educação. Tonini (2002) expõe a importância do livro didático como um instrumento de “produção de significados em que as verdades são fabricadas e postas em circulação” (p. 32). Assim, é possível que os livros didáticos de Geografia/Ciências Humanas possam abarcar conteúdos que reforçam tal Colonialidade.

Por ser o livro didático um importante apoio ao professor e um dos poucos livros aos quais o estudante das escolas públicas tem acesso, elegemo-lo como objeto de nossa investigação. Capturar, por entre as páginas, evidências de Colonialidade é estar atento e colocar à prova o exercício da criação. Entre textos, fotografias, atividades e outros elementos que compõem um livro didático, optamos pelas imagens fotográficas por serem estas, capazes de movimentar o nosso pensamento, de agir intuitivamente para enxergar além do que é visto. Sob a instigação de Didi-Huberman (2020), propomos a realização de um exercício de imaginação, porque “para saber é preciso imaginar-se” (2020, p. 11), como complementa esse autor:

Uma imagem sem imaginação é pura e simplesmente uma imagem que ainda não nos dedicamos a trabalhar. Pois a imaginação é trabalho, esse tempo de trabalho das imagens agindo incessantemente umas sobre as outras por colisões ou fusões, por rupturas ou metamorfoses... Sendo que tudo isso age sobre a nossa própria atividade de saber e de pensar. Para saber, portanto, é realmente preciso imaginar-se: a mesa de trabalho especulativa é inseparável de uma mesa de montagem imaginativa (p. 171).

Assim, priorizamos fotografias relacionadas com a questão ambiental por serem justificativas condicionantes do dito atraso dos países periféricos em relação aos grandes centros do capital. Ao relacionarmos imagem, ambiente e capital, emerge a sustentabilidade, como tema importante na composição da geopolítica do desenvolvimento sustentável, cujo termo se traduz por um “projeto político de dominação territorial com base no controle das riquezas naturais [...]” (Oliveira, 2019, p.101). Além disso, no ziguezaguear das imagens trazidas pelas fotografias contidas nos livros didáticos, indagamos...

3 DUAS FOTOGRAFIAS, VÁRIOS DIZERES?

Entre as páginas que compõem um livro didático, em específico o livro de Geografia/Ciências Humanas, observamos o alto teor de fotografias nele contidas, fixamos o olhar naquelas conectadas com a temática ambiental e insistimos em mirá-las acolhidos por Didi-Huberman (2018), ao ensinar que “essa seria, uma vez mais, a inquietude da razão diante das imagens feitas, não para ver somente as coisas que nos apresentam, mas para entrever e prever coisas que ainda nos escapam” (p. 51). Segundo o autor Oliveira Jr. (2020), tentamos estabelecer uma rota de fuga para ir além do que é visto, sem necessariamente negar o que está posto, mas criando possibilidades de outras conexões (submetido à publicação). Para Didi-Huberman (2010), a imagem só vale e só vive em nossos olhos pelo que os olha (p. 29). De alguma maneira as imagens de sustentabilidade nos causam inquietação. Será pela relação que elas têm com os ambientes naturais, com o trabalho humano e o capital?

Sem pretensões de grandes análises, propomos realizar um pequeno exercício com duas fotografias relacionadas à temática da sustentabilidade, presentes nos livros didáticos de Geografia/Ciências Humanas e as nomeamos de Foto 1 e Foto 2:

Foto 1 – Extrativismo de castanha-do-pará na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru em Laranjal do Jari (AP), 2017



Fonte: Diálogos em Ciências Humanas, 2020.
Créditos: Zig Koch/Pulsar Imagens

Conduzindo nosso olhar para a Foto 1, o verde da floresta se sobressai e inspira a sensação de uma floresta intocada, preservada. Por meio dela, caminha um ser humano, trabalhador, coletor de castanha-do-pará. O lugar se situa no Brasil, estado do Amapá, região Amazônica. O país pertence à periferia do sistema capitalista e é observável pela imagem do humano que esse está longe do chamado desenvolvimento. Percebemos, pela imagem, o estado de sujeição a que o trabalhador se encontra. O seu corpo expressa tal condição: músculos enrijecidos, o olhar atento ao chão, a energia física como expressão de trabalho e a subordinação. Não é um corpo inerte, ele está em

movimento. De alguma maneira, tal situação nos tocou e fomos levados pela emoção. A emoção “age sobre mim mas, ao mesmo tempo, está além de mim. Ela está em mim, mas fora de mim” (Didi-Huberman, 2016, p. 26). Ademais, ela é uma via de mão dupla; a expressão do corpo humano exala emoção, e ao sermos afetados por ela, somos também emoção.

Prosseguimos com a emoção refletida no corpo humano e a imaginamos como um reflexo da Colonialidade. Didi-Huberman (2016) convida a entender a conexão entre Colonialidade e emoção, ao se remeter a Darwin para analisar como ocorre a relação entre o corpo, o primitivo e a emoção:

Se a emoção é um estado primitivo, isso significa, segundo Darwin, que a encontramos principalmente nos animais (pássaros, cachorros, gatos), nas crianças, nas mulheres (sobretudo as loucas), nos velhos (sobretudo os doentes mentais ou em condição senil) e, por fim, porém sem nenhuma ilustração para esse caso-, nas raças humanas [que têm] poucas semelhanças com os europeus (Didi-Huberman, 2016, p. 15).

Quando se associa emoção com o estado mais bruto do ser, reforça-se a relação entre as sociedades mais avançadas e atrasadas, e enfatiza-se os povos europeus como superiores, por serem isentos de expressar tal sentimento. Será a emoção uma expressão de fragilidade? “Ela se expõe em toda a sua fraqueza, se expõe talvez mesmo ao ridículo [...] Por que o fato de se desnudar seria tão ridículo?” (Didi-Huberman, 2016, p. 18).

Se pensarmos de outra maneira, podemos considerar a emoção como uma força, de modo, que deixar transparecer o sofrimento por meio do corpo pode ser também uma potência. A resistência é percebida através da imagem (Didi-Huberman, 2020). Então, se focarmos mais atentamente para o corpo humano ali exposto na Foto 1, podemos relacionar a emoção como um ato de bravura, “mas se a emoção é um movimento, ela é, portanto, uma ação” (Didi-Huberman, 2016, p. 26). Seria um possível clamor, um suplício para a situação de exploração a qual os povos ditos mais atrasados estão sujeitos?

Nossa visão se amplia ao considerar as contribuições de Tonini (2002), por

observar um tratamento diferenciado nas imagens dos livros didáticos, que representam os povos ditos desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os povos que não estão no grupo do desenvolvimento:

aparecem em espaços rurais, cujas paisagens são inóspitas ao desenvolvimento econômico; encontram-se realizando atividades braçais, com poucas técnicas, em meios insalubres. Eles são recorrentemente apresentados em grupos, em posições que lembram a serviência (p. 110).

Assim, a sustentabilidade para os povos nominados de menos desenvolvidos está na relação da exploração do trabalho humano e do desfrute ausente do ambiente em que vivem; este parece que não lhes pertence. Diferente da imagem fotográfica da Foto 2 que exhibe um parque no interior da cidade de Vancouver no Canadá, constata-se em primeiro plano a água e seus edifícios ao fundo, o que provoca a sensação de um lugar organizado, limpo e moderno, onde a temática da sustentabilidade é retratada pelas bicicletas; não há trabalhadores, e sim há ciclistas. Esses se encontram em um momento de lazer, acompanhados pelas suas famílias, gerando a sensação de que o chamado desenvolvimento promove uma vida sustentável.

Nossa atenção se dirige novamente aos corpos humanos, e notamos, por meio de suas expressões, que estão descansados. No canto esquerdo da imagem, os seres humanos parecem estar em um momento de contemplação, assim como os outros dois sentados no banco, cujos músculos se encontram em estado de relaxamento, denotando a sensação de tranquilidade. Mesmo que a imagem queira mostrar um ambiente natural, um parque, as pessoas também estão em movimento, entretanto, diferentemente da Foto 1, não há serviência nem mesmo algo que remeta ao primitivo. Há um poder na imagem. Seria um poder de dominação?

Com apenas duas fotografias relacionadas ao tema sustentabilidade presentes nos livros didáticos de Geografia/Ciências Humanas, verificamos que ainda há diferenciações na representação entre os países periféricos e centrais, além de evidenciar a manutenção da Colonialidade. Para os países periféricos, a sustentabilidade se relaciona ao trabalho, já para os países centrais, o ócio, sugerindo

que cabe aos países ditos civilizados o direito de usufruir dos ambientes naturais, e aos mais atrasados a exploração mútua de humanos e não humanos.

Foto 2 – Parque de Stanley, em Vancouver, Canadá, 2018



Fonte: Contexto e Ação: sociedade e natureza, 2020.

Créditos: Luis War/Schutterstock

Tal situação reforça como são tratadas as temáticas do “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” nas aulas de Geografia. Associar tais terminologias com as imagens de sustentabilidade assegura que o lazer, a diversão e a contemplação são situações vividas pelos “desenvolvidos”. Para os países “menos desenvolvidos”, o destaque é para uma natureza que se mostra como algo útil, um recurso natural em que suas populações atuam como força de trabalho. Então, para os “não civilizados”, o destino é a sobrevivência. Há um apagamento das resistências exercidas pelas populações dos países periféricos nas imagens, assim como não retratam o pertencimento dessas populações com o ambiente onde vivem.

Se a resistência perpassa a imagem da fotografia, poderíamos encontrar na emoção refletida pelo corpo humano uma abertura para transformar a imagem em potência, ao desnudar para além do que se vê (Didi-Huberman, 2020). Talvez, assim,

pudéssemos direcionar o olhar para os povos que vivem nesses ambientes e suas frequentes lutas em defesa de seus territórios-vida.

É na expressão física e emocional do corpo humano que o professor, com seu olhar mais aguçado, pode encontrar um fio condutor que leve ao questionamento com os estudantes. A sala de aula ainda é o lugar das possibilidades, de abertura do pensamento, de espaço para realizar outras conexões e de enxergar além do mar de imagens domesticadas e colonizadas e, sendo a sala de aula um lugar de possíveis transformações, então nela habita a força que pode fazer deslocar em busca de descolonizar as imagens que nos chegam. É preciso fazer e agir para que a busca incessante pelo respeito aos mais diversos ambientes da Terra e aos povos que ali vivem se sobreponha à exploração desses mesmos ambientes pela minoria desenvolvida do planeta.

O tempo é agora, de trazer para a nossa existência algo que tenha mais sentido do que a nossa sujeição ao capital global. Talvez possamos olhar ao redor e nos reconhecermos como uma cultura que apresenta suas próprias formas de vida, de ser e existir. Reaprender a se olhar no outro, seja ele humano ou não, e se reconhecer, a fim de comungar com o todo. Nessa lógica, Escobar (2015) expressa que todos os espaços materiais que se manifestam como montanhas e lagos são espaços animados e, por isso merecem respeito e cuidado:

Quando se está falando da montanha, ou de uma lagoa ou rio, como um ancestral ou como uma entidade viva, se está referenciando uma relação social, não uma relação sujeito-objeto. Cada relação social com não-humano pode ter seus protocolos específicos, mas não são (ou não só) relações instrumentais e de uso. Assim, o conceito de comunidade, em princípio centrado em os humanos se expande para incluir os não-humanos (p. 97).

Ao alcançarmos a compreensão da nossa existência como participante da natureza e ao conseguirmos nos reconhecer no outro, teremos força para o embate com aqueles que nos oprimem. Portanto, é no presente que construímos o futuro. As forças traduzidas pelas elites e pelo Estado criam o futuro e tomam decisões sem que tenhamos conhecimento disso.

O futuro é uma grande estratégia usada como ferramenta pelas políticas neoliberais para limitar a capacidade dos humanos de moldar o seu próprio futuro (Powers, 2019). A ideia de que o futuro está fora do nosso controle é uma tática que faz sujeitar a um destino de exploração. Podemos “pensar o futuro como uma zona a ser ocupada, disputada, teorizada, imaginada e, possivelmente, emancipada, se nossa imaginação e nossos melhores pensamentos permitirem” (Powers, 2019, p. 9). Construir o futuro no presente pode ser um caminho para autonomia dos povos, independentemente do território em que se vive, para assim poder resguardar a existência da vida em que humanos e não humanos possam habitar em perfeita coesão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confinamento trazido pela COVID-19 mostrou que a vida pulsa em todos os espaços... a compreender que destruir florestas, envenenar rios, solos e extinguir animais não são registros pontuais; eles se expandem e afetam a todos. Presenciamos uma ausência de sensibilidade para com esses ambientes, principalmente para os que se situam na periferia do sistema capitalista.

Com o argumento de que a emancipação humana vem da obtenção de recursos materiais, elege-se o desenvolvimento econômico como forma de apropriação desses meios, de modo que ambientes mais vulneráveis são explorados afoitamente com o discurso em prol do avanço econômico. Com isso, a manutenção da Colonialidade se torna um instrumento eficaz na perpetuação dessa exploração, ao condicionar povos e seus territórios à ilusão do “atraso”.

Para que possamos fraturar e quiçá romper com a sujeição em que se encontram esses territórios, é oportuno nos aproximar de caminhos que levem à Decolonização, tendo a escola como o lugar que potencializa a desconstrução dessa Colonialidade, em que o livro didático ganha relevância quando se percebe que aberturas poderão ocorrer a partir do estudo das fotografias. As imagens trazidas pelas fotografias se conectam com as temáticas ambientais, mais especificamente com a sustentabilidade, e permitem contribuir para a dissolução do pensamento colonizado.

Ao iluminar a obscuridade da Colonialidade apenas superficialmente nas imagens das fotografias de sustentabilidade, emergiram as relações de poder quando tomadas as diferenças como marcadores para separar. Esse exercício de criação realizado pode nos conduzir, talvez, a uma apropriação do presente em multiplicidade, contribuindo para a construção mais assertiva do nosso futuro e possibilitando traçar um horizonte menos árido, em que estudantes e professores se tornem ativistas para uma sociedade mais justa, menos desigual, capaz de honrar todas as formas de vida existentes.

A Terra não é lugar de escassez, é de abundância! E a vida pulsa em um planeta de todos e para todos, sem distinção entre os que trabalham e os que usufruem. A vida na Terra só cumpre o seu objetivo quando respeitadas as múltiplas formas de vida. Considerar e proteger as diversas formas de vida talvez seja uma utopia, talvez uma forma de resistir... ou de existir...

REFERÊNCIAS

AVILA, M. A. Colonialidade e decolonialidade: você conhece esses conceitos? **Politize!** Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acesso em: 31 out. 2023.

CARCAMO, J. M. N. Las lenguas indígenas em um contexto de opresión nacional. *In: Primer Congreso de Las Lenguas Indígenas de Chile. Santiago do Chile, 13 y 14 de Julio, 2010*. p. 1-19.

CRUZ, V. do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. 2. ed. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. **Que emoção! Que emoção? 2 ed.** Tradução: Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. Disparidades: ler o que nunca foi escrito. *In: DIDI-HUBERMAN, G. Atlas ou o gaio saber inquieto. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 15-87, 2018.*

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Tradução: Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 24-45, 2016.

ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, UFPR, v. 35, p. 89-100, dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.43540>

GIROTTO, E. D. Dos PCNS a BNCC: o ensino de geografia sob domínio neoliberal. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.23781>

KRENAK, A. **A vida não é útil. Pesquisa e organização**. Tradução: Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 2. ed. Tradução: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA JR., W. M. de. Combates e experimentações: singularidades do comum. In: *FERRAZ, C. B.; NUNES, F. G.* (Org.). **Imagens, geografias e educação**: intenções, dispersões e articulações. Dourados: UFGD, p. 303-314, 2013.

OLIVEIRA JR., W. M. de; PEREIRA, M. S. da C. Geografias giratórias: o agir da espécie e seu acionamento pelo lugar. **Cadernos Deligny**, v. 2, 2020. No prelo.

OLIVEIRA, L. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

PICHETA, R. **Com poluição reduzida, Himalaia volta a ser visível na Índia**. **CNN Brasil**, 10 abr 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/10/com-poluicao-reduzida-durante-quarentena-himalaia-volta-a-ser-visivel-na-india>. Acesso em: 12 jul. 2021.

POWERS, D. Towards a futurist cultural studies. **International Journal of Cultural Studies**, v. 23, n. 4, p. 451-457, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367877920913569>

TONINI, I. **Identidades capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros de geografia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Contribuições de autoria

1 – Cláudia Melatti

Doutoranda em geografia

<https://orcid.org/0009-0005-7426-7079> • melatticlaudia@gmail.com

Contribuição: Conceituação; Metodologia; Análise Forma; Investigação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição; Supervisão

2 – Ivaine Maria Tonini

Pós-doutorado em Geografia

<https://orcid.org/0000-0002-8524-9117> • ivaine@terra.com.br

Contribuição: Conceituação; Metodologia; Análise Forma; Investigação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição; Supervisão

Como citar este artigo

MELATTI, C.; TONINI, I. M. Para onde nos transportam as fotografias de sustentabilidade ambiental?. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 27, e83229, p. 1-17, 2023. DOI: 10.5902/2236499483229. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499483229> Acesso em: dia mês abreviado. ano.